



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

133

HABEAS CORPUS Nº 199098-5

IMPETRANTE: Espedito da Silva Oliveira

PACIENTE: Espedito da Silva Oliveira

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Renato da Silva Filho

EMENTA: PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. ROUBO QUALIFICADO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. INSURGÊNCIA CONTRA O REGIME DE PENA APLICADO. IMPOSSIBILIDADE POR MEIO DO WRIT. ORDEM DENEGADA.

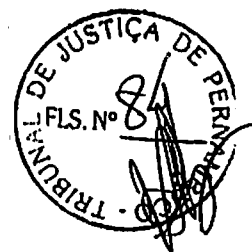
1. É inviável, na via estreita do habeas corpus, analisar matéria fático-probatória com a finalidade de obter pronunciamento judicial que implique absolvição do crime pelo qual o paciente foi condenado;
2. Não há nenhuma ilegalidade patente a ser sanada por meio desta ordem constitucional quanto ao regime de cumprimento de pena aplicado. Quanto às razões que fizeram a autoridade apontada coatora estabelecer o regime inicial fechado e não semi-aberto, como deseja o paciente, essa questão também será analisada em sede da apelação criminal já interposta, sítio este adequado à discussão de matérias que remetam ao mérito da causa.
3. Ordem Denegada. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 199098-5, em que figura como impetrante e paciente Espedito da Silva Oliveira, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia 22 de dezembro de 2009, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife 22 de dezembro de 2009

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

134

HABEAS CORPUS Nº 199098-5

IMPETRANTE: Espedito da Silva Oliveira

PACIENTE: Espedito da Silva Oliveira

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Renato da Silva Filho

RELATÓRIO

O Sr. Espedito da Silva Oliveira, qualificado nos autos, impetrou em causa própria a presente ordem de *habeas corpus*, com requerimento de concessão de medida liminar, apontando como autoridade coatora o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Petrolina/PE, juízo perante o qual o paciente responde ao processo nº 233.2009.004045-6.

Extraí-se dos autos que impetrante/paciente foi condenado como incurso na conduta tipificada no artigo 157, § 2º, do Código Penal Brasileiro, à reprimenda legal de 05 (cinco) anos e 03 (três) meses de reclusão, além de 30 (trinta) dias-multa, a ser cumprida em regime inicialmente fechado.

O paciente/impetrante alega que sofre constrangimento ilegal em virtude de tal condenação, aduzindo que a sentença condenatória é injusta, pois seria inocente das acusações imputadas, bem como se insurge contra o regime de cumprimento de pena aplicado.

Pugna, ao final, pela reforma da decisão condenatória.

A inicial veio instruída com o documento de fls. 15/19.

Decisão Interlocutória, às fls. 27/28, indeferindo o pedido de liminar, solicitando informações à autoridade apontada como coatora, que as prestou à fl. 46.

O Ministério Público Estadual, em parecer da lavra do Procurador de Justiça, Dr. Renato da Silva Filho, opinou pela **denegação** da ordem, às fls. 75/76.

É o relatório.

JAMC



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

135

VOTO DO RELATOR

Como visto, a presente ordem de *Habeas Corpus* foi impetrada com o fim de sanar suposto constrangimento ilegal suportado pelo paciente, o qual se encontra preso por força de condenação penal, ainda não transitada em julgado.

Extraí-se dos autos, que o paciente foi condenado à reprimenda legal de 05 (cinco) anos e 03 (três) meses de reclusão e 30 (trinta) dias-multa, por ter subtraído, em concurso de pessoas, mediante emprego de arma de fogo, a carteira porta -cédulas e demais pertences da vítima José Cícero Moraes.

Compulsando o processo, observa-se, ainda, que o paciente inconformado com a condenação interpôs recurso de apelação perante este egrégio Tribunal de Justiça. Não aguardando o julgamento da apelação e sob o mesmo fundamento desta, impetrou a presente ordem, tentando reverter a sentença que lhe foi desfavorável.

O paciente assegura a inexistência de materialidade delitiva e sustenta a tese de negativa de autoria, reputando injusta a condenação proferida no juízo *a quo*.

Note-se que o pedido do *writ* foi devidamente analisado pelo juízo sentenciante ao proferir o édito condenatório. Assim, a revisão da r. decisão, por óbvio, foge à análise do presente *habeas corpus*, por necessitar de dilação probatória.

Como se sabe, o *habeas corpus* é uma ação de cognição sumária, não comporta alargamento probatório ou discussões fáticas a respeito do mérito da causa principal. Neste caso, o impetrante deve aguardar o julgamento da apelação criminal já interposta, pois tal expediente é caminho necessário ao pleiteado debate, já que para se desconstituir a condenação do paciente, é necessário sim o exame aprofundado de provas, que é inadmissível nesta via estreita.

Assim, como o remédio constitucional não é o instrumento adequado à discussão aprofundada a respeito de provas e fatos, não há como se valorar os elementos probatórios então colacionados, como pretende o impetrante/paciente,

JAMC



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

136

para perquirir acerca da aventada inocência no evento pelo qual restou condenado.

Corroborar com o colacionado o Procurador de Justiça, Dr. Renato da Silva Filho, em parecer de sua lavra:

“Não há espaço para, em sede de *habeas corpus*, se promover uma análise valorativa da prova. O instrumento adequado, a apelação criminal, já foi manejado e ali haverá oportunidade de se avaliar a procedência ou não da denúncia, tal como fez o juiz de primeiro grau”.

No tocante à insurgência quanto ao regime de cumprimento de pena aplicado, não observo nenhuma ilegalidade patente a ser sanada por meio desta ordem constitucional. Quanto às razões que fizeram a autoridade apontada coatora estabelecer o regime inicial fechado e não semi-aberto, como deseja o paciente, essa questão também será analisada em sede da apelação criminal já interposta, sítio este adequado à discussão de matérias que remetam ao mérito da causa.

Em face de tudo o que foi exposto, em consonância com o parecer ministerial, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife, 22 de dezembro de 2009.

Desembargador Antonio de Melo e Lima
Relator